

## SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR .....	5
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO.....	7
NOTA DO AUTOR .....	11
1. A EVOLUÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA DO DIREITO AMBIENTAL NO PAÍS.....	19
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO.....	26
3. CONCEITOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL.....	39
3.1 O equilíbrio ecológico como bem objeto do direito ambiental .....	39
3.2 Os componentes (recursos) ambientais como conteúdo do <i>equilíbrio ecológico</i> .....	41
3.3 O bem ambiental (equilíbrio ecológico e seus componentes) e suas características (titularidade, indivisibilidade, regime jurídico de uso comum, reflexibilidade e instabilidade) .....	45
3.4 O conceito de poluidor .....	49
3.5 O conceito de poluição .....	52
3.5.1 Poluição e meio ambiente .....	52
3.5.2 Poluição e efeitos da poluição .....	53
3.5.3 Poluição sob a perspectiva da <i>antijuridicidade ambiental</i> .....	55
4. O NOVO PAPEL DO ESTADO FRENTE AOS BENS AMBIENTAIS – UM NOVO REGIME JURÍDICO .....	57
5. PROCESSO CIVIL: TÉCNICA A SERVIÇO DO DIREITO MATERIAL .....	63
5.1 Técnica e direito: um “link” necessário .....	63

5.2	A insuficiência da técnica processual individualista do Código de Processo Civil .....	64
5.3	Crises jurídicas e técnicas processuais ambientais.....	66
5.4	Meio ambiente e tutela jurisdicional .....	69
5.4.1	Os litígios ambientais: <i>maior incidência</i> dos deveres ambientais.....	69
5.4.2	Os deveres ambientais e a <i>tutela mais coincidente possível</i> com a regra de direito material ...	71
5.4.3	A impossibilidade da maior coincidência possível e a <i>reparação específica</i> .....	72
5.4.4	As técnicas processuais para obtenção da tutela específica e da <i>reparação in natura</i> .....	73
5.5	Jurisdição civil coletiva e meio ambiente .....	79
6.	O MEIO AMBIENTE E AS INFLUÊNCIAS SOBRE OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	81
6.1	Introito: <i>devido processo legal ambiental</i> .....	82
6.2	Direito de ação e meio ambiente .....	86
6.2.1	Princípio do acesso à justiça e tutela do meio ambiente .....	86
6.2.2	Ação popular ambiental .....	91
6.2.2.1	Origens .....	91
6.2.2.2	Requisitos fundamentais .....	92
6.2.2.3	A legitimidade ativa e passiva na ação popular .....	93
6.2.2.4	A posição do Ministério Público .....	95
6.2.2.5	Pedido na ação popular.....	96
6.2.2.6	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	96
6.2.2.7	Ação popular e tutela ambiental .....	97
6.2.3	Ação civil pública ambiental .....	98
6.3	Legitimidade para agir e meio ambiente .....	100
6.4	Elementos da demanda ambiental .....	104
6.4.1	Partes .....	105
6.4.2	Pedido e causa de pedir .....	108

6.5	Competência, conexão, continência e litispendência nas lides ambientais .....	114
6.6	Tutela de urgência nas demandas ambientais.....	122
6.6.1	Considerações preliminares .....	122
6.6.2	Sumariedade da cognição: consequências.....	124
6.6.3	Provisoriidade da tutela de urgência.....	128
6.6.4	Efetivação da medida urgente .....	130
6.6.5	Técnicas mandamentais e executivas <i>lato sensu</i> e tutela ambiental.....	140
6.7	Direito probatório e meio ambiente .....	144
6.7.1	Um novo paradigma para o direito probatório em razão da mutação do Estado liberal para o Estado social .....	144
6.7.1.1	Introdução .....	144
6.7.1.2	Noções preliminares: o Estado liberal e o Estado social democrático ....	147
6.7.1.3	Miradas sobre o direito probatório ..	157
6.7.1.4	Novas perspectivas sobre as regras de distribuição do ônus da prova.....	161
6.7.1.5	Sobre os poderes instrutórios.....	170
6.7.1.6	Reflexões finais sobre os poderes instrutórios do juiz e a distribuição do encargo probatório.....	176
6.7.1.7	A distribuição do ônus da prova sob a perspectiva da carga dinâmica da prova.....	181
6.7.2	A prova nas demandas coletivas.....	185
6.7.2.1	Introdução .....	185
6.7.2.2	A atividade inquisitorial acentuada nas demandas coletivas.....	186
6.7.2.3	Nexo da causalidade e prova nas lides ambientais: técnicas processuais de efetividade da tutela no âmbito do processo civil .....	188
	6.7.2.3.1 Nexos de causalidade, regra de distribuição do ônus da prova e isonomia real .....	188

6.7.2.3.2	Técnica de inversão do ônus subjetivo da prova ..	194
6.7.2.3.3	A utilização de ficções e presunções no processo civil em favor do meio ambiente .....	199
6.7.3	A insuficiência de prova como fator impeditivo na formação da coisa julgada material nas demandas essencialmente coletivas .....	204
6.7.3.1	Considerações gerais .....	204
6.7.3.2	A expressão <i>improcedência por insuficiência de provas</i> e suas variações conceituais.....	208
6.7.3.3	O que significa <i>nova prova</i> na demanda essencialmente coletiva reproposta.....	216
6.7.4	Prova pericial e meio ambiente .....	220
6.8	Liquidação do dano ambiental.....	222
6.8.1	A importância da dimensão subjetiva e objetiva na liquidação do dano ambiental .....	222
6.8.2	A reparação integral e a delimitação do marco temporale espacial do dano ambiental .....	223
6.8.3	Dano ambiental (coletivo) e danos individuais reflexos.....	223
6.8.4	Efeitos do dano ambiental.....	227
6.8.5	O procedimento liquidatório .....	230
6.9	Efetivação dos provimentos ambientais.....	232
6.9.1	Considerações iniciais .....	232
6.9.2	Norma jurídica concreta ambiental.....	233
6.9.3	Efetivação dos títulos executivos extrajudiciais.....	234
6.9.4	Termo de ajuste de conduta e obrigações de fazer ilícidas.....	234
6.9.5	Cumulação de obrigações contidas no título e execução .....	235

6.9.6	A multa nos termos de ajustamento de conduta .....	235
6.9.7	Execução de obrigação de não fazer contida em título extrajudicial .....	236
6.9.8	Execução de título extrajudicial e tutela de urgência.....	236
6.9.9	Execução de títulos executivos judiciais .....	237
6.9.10	Responsabilidade patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica.....	239
6.9.10.1	Considerações preliminares .....	239
6.9.10.2	A desconsideração da personalidade jurídica na demanda cognitiva e nas execuções fundadas em título extrajudicial.....	241
6.10	Coisa julgada e meio ambiente .....	243
6.10.1	Características do meio ambiente .....	243
6.10.2	Os reflexos na coisa julgada ambiental.....	245
BIBLIOGRAFIA .....		251